



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER -

Processo legislativo: PROJETO DE LEI Nº 78/2025.

Iniciativa: Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).

Relator: Vereador Luciano Márcio Nunes (PP).

- RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 78/2025, que dispõe sobre os critérios e valores par ao pagamento de diárias no âmbito da administração pública municipal de Nova Venécia e revoga a Lei nº 2.866, de 20 de fevereiro de 2009.

A proposição constou no expediente da pauta da sessão ordinária do dia 7 de outubro de 2025. Sendo encaminhado a esta comissão permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº 115/2025, exarado pelo Subprocurador geral da Câmara Municipal, opinando pela constitucionalidade e legalidade, apontando também algumas sugestões para mudanças no texto mediante emendas (fls. 34 a 31).





De posse do processo legislativo, na condição de relator e pelas competências da comissão previstas no art. 79 do Regimento Interno, passo a exarar o parecer técnico como base nos fundamentos abaixo.

II – DA AUTONOMIA DO ENTE FEDERADO LOCAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Com o a advindo a Constituição Federal Brasileira de 88 surgiu um no Estado Democrático de Direito, mediante o exercício do poder constituinte originário, através da manifestação da assembleia nacional constituinte, em que o legislador constituinte organizou o Estado Republicano, estabelecendo os entes federados com autonomia político-administrativa para atuar no alcance dos fins desejados pelo ente soberano.

Conforme se observa dos arts. 1º e 18 da Constituição Federal, o Município foi erigido á condição de ente federado autônomo, possuindo assim capacidade de possui governo próprio, autoadministração e de editar suas próprias leis, de acordo com o rol de competências atribuídas a cada ente federado, mediante os modelos vertical e horizontal.

O art. 29 da Constituição Federal estabelece que o Município será regido por Lei Orgânica, observados critérios e requisitos formais para sua aprovação e alteração, bem como da necessária observância dos limites formais e materiais quando de sua alteração (art. 43 da Lei Orgânica, em reprodução ao princípio organizatório extensível do art. 60 da Constituição Federal).

As competências atribuídas ao Município são indicativas, conforme se observa do art. 30 da Constituição Federal, em que o ente federado poderá editar as leis de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, para atender a preponderância do interesse local sobre os demais, bem como de organizar os serviços públicos de sua competência.

Partindo do princípio da organização do Estado Democrático de Direito, encontra-se nos arts. 37 a 41 da Constituição Federal as normas que organizam a administração pública de quaisquer dos poderes públicos dos entes federados, cabendo assim ao Município, por possuir próprio e administração pública local, observar os princípios e regras que norteiam o funcionamento da administração local.

Dentro dessa divisão espacial do poder político no Estado Republicano, através da outorga de autonomia político-administrativa também ao Município, o Município adotou o regime estatutário, que estabelece o vínculo entre os servidores e o Município, estatuindo direitos e deveres, dentre outras normas.







A Lei nº 2.021/94 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município), em seu art. 125, traz em seu texto que o servidor terá direito ao recebimento de diárias, de acordo com as normas previstas no referido dispositivo, contudo, não trazendo de forma clara e necessária as situações e critérios para indenização dos deslocamentos, bem como dos respectivos valores.

Considerando que o Município possui autonomia para se auto-organizar e editar suas próprias leis (art. 18 e 30 da CF de 88), e que o regime adotado foi o estatutário, as indenizações de despesas com viagens ou deslocamentos deverá ser disciplinada por meio de lei ordinária, por iniciativa dos agentes competentes dos respectivos poderes do Município.

Assim sendo, tanto o Poder Legislativo como o Poder Executivo, por meio de iniciativa de leis respectivas, de acordo com as competências e a separação dos poderes (art. 2º da CF de 88 e art. 8º da Lei Orgânica), deverão estabelecer critérios de indenização de valores referentes a despesas, incluso os valores correspondentes às diárias de acordo com os critérios estabelecidos, observados os princípios explícitos do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como os princípios implícitos como os da razoabilidade proporcionalidade.

III – DA INICIATIVA E DEMAIS NORMAS NA SEARA DO PROCESSO LEGISLATIVO, E DA MATÉRIA LEGISLADA:

O texto constitucional de 88, em seu art. 61, estabelece quais são os agentes competentes para iniciar a tramitação de projetos de lei ordinárias e complementares no âmbito da União, bem como os casos de matérias de iniciativas reservadas ao Presidente da República. Esse dispositivo constitucional é um princípio organizatório extensível e de observação obrigatória pelos demais entes federados, e que deverão ser produzidos nas respectivas normas que organizam os respectivos entes, em razão da outorga de autonomia político-administrativa.

O Município, diante da observação do princípio organizatório na seara do processo legislativo, elencou em seu art. 44 da Lei Orgânica quais são os agentes públicos do ente federado local que possuem competência para deflagrar o processo legislativo no âmbito municipal. Estabeleceu também, o art. 44°, § 1°, da Lei Orgânica, os casos de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Essa organização do texto do art. 44 da Lei Orgânica deve estar em sintonia com o texto da Constituição Federal, fato que vem a ser observado pelo Município, pela identidade de competências para iniciativa no processo legislativo, em cada uma das esferas autônomas que compõem o Estado Democrático de Direito.



conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Assim, matérias que tratam sobre normas e critérios de indenização de diárias de servidores do Poder Executivo e a fixação dos valores respectivos de acordo com os referidos critérios é de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, devendo assim o processo legislativo emanar do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 44, §1º, II, "b", da Lei Orgânica do Município, aplicando-se a simetria ou analogia ao caso para a concessão de diárias.

Segue reproduzido o texto do referido dispositivo da Lei Orgânica:

~ ~	Art. 44. A iniciativa das leis cabe a qualquer vereador ou comissão, ao prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.
· .	§ 1º São de iniciativa privativa do prefeito as leis que:
	II - disponham sobre:
	b) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administrativa direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
qualquer	lo a analogia ao presente caso, a iniciativa é constitucional e legal, não contendo vício formal que venha a prejudicar ou inviabilizar a sua tramitação, sendo válida, endo ser analisada e deliberada nas demais fases do processo legislativo.
e a analo	ando sobre a matéria em análise, a Lei Orgânica do Município, também aplicando- ogia ao caso em que se trata de estabelecer valores de indenização a servidores do accutivo, em seu art. 17, III, manifesta-se da seguinte forma:
	Art. 17 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias que compete ao Município, especialmente no que se refere ao seguinte:
	XIX - criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;
estabeled	endo, o princípio da reserva legal é de observação necessária, cabendo à lei ordinária cer os critérios de indenização de diárias a servidores públicos, mediante acia dos princípios do art. 37 e do art. 39 da Constituição Federal.
Tratando	o-se de matéria do processo legislativo na espécie lei ordinária, há a necessidade de

Tratandoapreciação e deliberação pelos órgãos competentes do Poder Legislativo, como fases integrantes do processo legislativo, em cumprimento às funções legislativas da Câmara Municipal.







A matéria legislada é de suma importância, considerando a necessidade de se estabelecer critérios mais objetivos e razoáveis para fins de concessão de diárias a servidores do Poder Executivo, na forma de lei ordinária e em função da adoção do regime estatutário.

Sobre maiores fundamentações de justificativas, reproduzimos o texto de justificativa do autor da proposição:

"O presente Projeto de Lei tem por objetivo atualizar e disciplinar, de forma sistematizada, os critérios para o pagamento de diárias no âmbito da Administração Pública do Município de Nova Venécia/ES, em substituição à Lei Municipal nº 2.886, de 20 de fevereiro de 2009, que se encontra defasada diante das atuais exigências de controle, transparência e eficiência na gestão pública.

As diárias possuem natureza indenizatória e destinam-se a ressarcir despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana de servidores públicos que, por necessidade do serviço, afastem-se temporariamente da sede do Município. A nova disciplina legal visa evitar distorções, assegurar uniformidade de tratamento e garantir equilíbrio entre os valores pagos e os custos reais incorridos nas deslocações.

Entre os principais avanços propostos, destacam-se:

estabelecimento de faixas de valor conforme a distância percorrida, com definição objetiva para situações de afastamento com ou sem pernoite e por tempo inferior ou superior a seis horas;

inclusão expressa dos motoristas e condutores de ambulância no rol de beneficiários, reconhecendo a rotina peculiar de deslocamentos desses profissionais;

previsão de prestação de contas obrigatória, com sanções em caso de omissão ou descumprimento, reforçando o princípio da responsabilidade fiscal;

exigência de formulário padrão, conferindo maior controle documental à Administração;

autorização para regulamentação posterior, inclusive com procedimentos simplificados para categorias que realizam viagens frequentes, garantindo adaptabilidade e eficiência administrativa.

A proposta harmoniza-se com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de estar compatível com as boas práticas de governança e controle adotadas por tribunais de contas e órgãos de fiscalização.

Entretanto, além de revogar a legislação anterior, impõe-se também a necessidade de alterar o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Venécia (Lei nº 2.021/1994), que atualmente contém dispositivo impeditivo à concessão de diárias a servidores cujas funções envolvam deslocamentos permanentes. Trata-se do art. 125, §1°, alínea "b", que veda a concessão de diárias "quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo".







Essa redação absoluta inviabiliza o atendimento de categorias que, embora possuam deslocamentos frequentes como inerentes ao cargo, eventualmente incorrem em despesas extraordinárias de alimentação e hospedagem, como motoristas da frota municipal e condutores de ambulância. A manutenção do texto original poderia comprometer a efetividade da nova disciplina legal e, em última instância, gerar insegurança jurídica.

A necessidade de atualização encontra respaldo em precedentes de órgãos de controle. A título de exemplo, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao responder consulta administrativa (Decisão nº 280/2025, Processo @CON 24/00607413), assentou que:

"No âmbito da Administração Pública, para que o servidor faça jus ao recebimento de diárias, deve se afastar, de maneira eventual ou transitória, da localidade onde se encontra a sede de seu trabalho, no interesse e a serviço da Administração, para outros pontos do território, destinando-se a verba ao custeio dos gastos com alimentação, hospedagem e locomoção. Entende-se que a eventualidade, nesse contexto, refere-se à transitoriedade do deslocamento e não propriamente à frequência de sua ocorrência. Por outro lado, a vedação à percepção de diárias em razão de serem os deslocamentos inerentes ao cargo ('exigência permanente do cargo/função'), demanda previsão nesse sentido na legislação de regência do ente, a exemplo do que ocorre no Estatuto dos Servidores Públicos da União (Lei n. 8.112/90).

Esse entendimento evidencia que, se levada a efeito a interpretação literal do dispositivo estatutário, ficaria vedado o pagamento de diárias a profissionais cujas funções envolvem deslocamento permanente, como motoristas e condutores de ambulância, ainda que submetidos a situações excepcionais que ensejem despesas adicionais de alimentação e pernoite.

Dessa forma, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 95/1998 e que cada lei deve tratar de um único objeto, também está sendo enviado Projeto de Lei para alterar a alínea "b" do §1º do art. 125 do Estatuto dos Servidores, de modo a compatibilizar o texto estatutário com a nova disciplina legal, preservando o núcleo restritivo da norma, mas autorizando, em caráter excepcional, o pagamento de diárias quando o afastamento ocasionar custos adicionais de alimentação e hospedagem decorrente de pernoite.

Assim, além de corrigir uma defasagem normativa, a proposta fortalece a coerência do ordenamento jurídico municipal e assegura a adequada prestação de serviços públicos que demandam deslocamentos constantes, comprometer o princípio da responsabilidade fiscal.

Considerando a relevância da matéria e sua contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, com a expectativa de sua aprovação. Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Nobres Edis, os nossos sinceros protestos de elevado apreço.

E a mensagem encaminhada para apreciação de Vossas Excelências.







Destaca-se mencionar também que se encontra anexado aos autos do presente processo legislativo os requisitos previstos nos art. 16, 17, 18 e 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), como condição para geração de despesas continuadas.

Quanto ao Parecer Jurídico nº 115/2025, acolho o teor de seu texto opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

VI – VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, considerando que a propositura atende aos requisitos formais e materiais, estando, portanto, apta à apreciação e deliberação, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 78/2025.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 78/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 14 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES Relator – Presidente da CLJRF Vereador pelo PP



conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 78/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 78/2025: dispõe sobre os critérios e valores par ao pagamento de diárias no âmbito da administração pública municipal de Nova Venécia e revoga a Lei nº 2.866, de 20 de fevereiro de 2009.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sergio Lubiana (PSB).
RELATOR:	Vereador Luciano Márcio Nunes (PP).

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador Luciano Márcio Nunes (PP), às folhas 33 a 39, por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 15 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.











É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 78/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 15 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES Presidente da CLURF - Relator Vereador pelo PP

JUAREZ OLIOSI
Vice-Presidente da CLJRF
Vereador pelo PODE

DENEVAL ROCHA Membro da CLJRF Vereador pelo PSD

